

VII Congresso e XXIV Jornadas da Sociedade Portuguesa de Alcoologia:

Álcool e Festa... 50 Anos de Alcoologia e 30 Anos da SPA

O Auditório do Instituto S. João de Deus, em Lisboa, foi o palco eleito para a realização do VII Congresso e XXIV Jornadas da Sociedade Portuguesa de Alcoologia (SPA). O evento decorreu entre os dias 20 e 22 de Outubro e surgiu no ano em que se celebram 50 anos da definição de alcoologia por Pierre Fouquet surge em França e 30 anos de existência da SPA.

E o Álcool hoje, em Portugal, não é ainda o principal protagonista da Festa? Como? Onde? Com que intervenientes? Com que objectivos? Com que consequências? Foram estas as interrogações que a SPA lançou a mais de 200 participantes, que tiveram a oportunidade de debater uma série de temas muito diversos, da clínica aos aspectos sociais e culturais, cuja apresentação foi atribuída a alguns dos mais reputados especialistas e comunicadores nas respectivas áreas do conhecimento.

Dependências associou-se à “festa”...



**AUGUSTO PINTO,
PRESIDENTE DA SPA**

**“Mais de 92 %
dos doentes
não são
diagnosticados”**

Começando pelo tema destas jornadas, vemos uma vez mais debatida a associação entre álcool e festa...

O que pretenderam transmitir com esta escolha?

Augusto Pinto (AP) – Duas coisas são fundamentais: a primeira tem a ver com o ano em curso. O facto de este ano a desig-

nação de alcoologia fazer 50 anos já é, por si só, uma razão que justifica o reconhecimento da alcoologia, da necessidade de intervenção e desta visão pluridisciplinar, necessária para esta intervenção. Que, diga-se, continua a ser muito difícil... Há uma mensagem que tem 50 anos e, no entanto, continua a ter dificuldades em entrar na partilha das intervenções entre a saúde e as outras áreas. Por outro lado, comemoram-se 30 anos de existência da Sociedade Portuguesa de Alcoologia e esta é mais uma etapa que justifica uma intervenção muito provavelmente diferente e necessita de uma reflexão. Pensamos que estes 50 anos de alcoologia e estes 30 da SPA justificam precisamente uma mudança na estratégia de intervenção da SPA.

E por onde passará essa mudança?

AP – Essa mudança prende-se basicamente com toda a avaliação que a Sociedade tem feito e que se revela altamente preocupante. Nomeadamente no que concerne às dificuldades de intervenção em áreas dos cuidados de saúde primários, a pouca capacidade de formação na área da alcoologia não apenas em relação a médicos mas igualmente a outros profissionais, como psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros e outros.

Tudo isso condicionará a referenciação dos utentes...

AP – Exactamente! Estamos num país onde mais de 92 por cento dos doentes não são diagnosticados... Portanto, não é possível intervir junto destes no sentido de tratar. E tratar um doente alcoólico não significa apenas tratar o indivíduo mas sim todo o sistema em que ele está integrado. E o benefício que representa tratar este doente para a sociedade, para a família, para o seu local de trabalho e para todos os ambientes em que este doente se integra... Iniciámos o evento com uma mesa em que pareciam existir muitos aspectos negativos – e a verdade é que o álcool tem esta vertente negativa e muita patologia interligada – mas acabou por sair daqui uma mensagem de esperança... E a perspectiva tem que ser essa. Temos que lutar no sentido da melhoria das condições de vida destes doentes,





oferecendo capacidade para um projecto de recuperação a médio e longo prazo e isto, naturalmente, tem que levar a uma maior consciência por parte das estruturas. E penso que a Sociedade tem aqui um papel. Precisamente por isso, tem encetado contactos com o Ministério da Saúde e vários responsáveis da área da saúde mas também pretende ir mais além nestas temáticas e quer propor algumas alterações, nomeadamente até legislativas que possam de alguma forma vir a permitir e facilitar o acesso mais rápido aos doentes e às respostas terapêuticas dos doentes. Neste momento, a SPA tomou a iniciativa de estudar melhor algumas alterações à lei sobre álcool e condução, no que respeita às coimas atribuídas e pensamos propor uma alteração da moldura penal... Pensamos que seria muito mais importante que alguém que é encontrado com alcoolémia acima de 1,2, o que é considerado crime, muitas vezes repetido, situação que pode ditar uma reclusão, estes doentes deveriam ser orientados para tratamento e para projecto de recuperação. Temos cadeias cheias de doentes que necessitariam de uma resposta atempada e não de serem introduzidos num estabelecimento prisional. Esta é uma das muitas ideias, a par da promoção da investigação. Neste congresso, temos um aumento dos prémios de investigação, tivemos um aumento de posters e das comunicações livres, portanto, há investigação e mobilização e queremos ser também um motor dessa investigação mas igualmente colaborar com a formação de muitos profissionais desta área. Estamos pois, nesta nova etapa a tentar dinamizar e continuar todo este trabalho através dos vários elementos da região norte, centro e sul da Sociedade. A propósito, devo dizer-lhe que as XXV Jornadas já estão agendadas para os dias 18 e 19 de Outubro do próximo ano, no Algarve... Temos que continuar a trabalhar, pensar noutras iniciativas e, fundamentalmente, motivar e mobilizar os profissionais para que esta intervenção continue a desenvolver-se.

Creio que será legítimo identificar dois percursos antagónicos nesta área do álcool... Se, por um lado, ao longo destes últimos 30 anos, a evolução do conhecimento foi notória, até ao nível tecnológico e farmacológico e mesmo

no que respeita à especialização dos profissionais desta área, por outro lado, os resultados parecem apontar para um caminho inverso... Se há mais conhecimento, técnica e tecnologia, o que estará a falhar?

AP – Felizmente, temos mais conhecimento. Este conhecimento vem dar razão e base de sustentação às muitas propostas que vão sendo feitas por vários profissionais e instituições. Naturalmente, temos aqui o outro lado da “festa” e não é por acaso que o álcool está sempre ligado à festa no nosso país. O aspecto cultural é importante. E também não podemos dissociar desta dificuldade de intervenção a representação social do álcool em Portugal, bem como o aspecto e a pressão económica e, por último, as razões políticas que levam a dificultar algumas intervenções. Todas juntas serão o grande óbice a desenvolver mais rapidamente a intervenção. Mas à medida que vai havendo uma maior consciencialização por parte da população, vai havendo tomada de consciência da necessidade destas mudanças e a aceitação de novas políticas será mais fácil.

Que comentário lhe merece esta nova intenção do Governo em aumentar a taxação sobre os produtos de álcool com, uma vez mais, o vinho de fora?

AP – Há muitos anos que dizemos que a taxação é fundamental. O aumento do custo do álcool é fundamental. Muito provavelmente, a importância do vinho no nosso país dificultou no passado a diminuição da alcoolémia e dificulta ainda hoje a taxação do vinho. Penso que, progressivamente, será possível. Também há pouco tempo começámos com o aumento da idade para apenas algumas bebidas e, neste momento, aplica-se a todas e penso que a taxação chegará também ao vinho. Não há álcool bom e álcool mau. Temos que ser muito claros: o álcool é todo ele terrível quando consumido em excesso e as noções de excesso e de consumo moderado têm estado efectivamente em mudança e o que dizíamos há 30 anos não tem nada a ver com o que diz a investigação actual. Portanto, temos que ir ajustando linguagens com esta capacidade de fazer mobilizar a sociedade para a mudança. Não é fácil e nós temos que ser os motivadores.

